



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO JACUÍPE

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 01 / 2019



ATA DE JULGAMENTO DE RECURSOS

CONTRA O GABARITO PARCIAL DE TODOS OS CARGOS

O setor de provas e avaliação da SEPROD reuniu-se junto com a equipe de professores, para analisar os recursos administrativos dos candidatos, opostos tempestivamente contra a publicação do gabarito parcial, proferindo os seguintes julgamentos e esclarecimentos de questões:

Banca Examinadora do Concurso Público.

A TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR COMPLETO

QUESTÃO: 01

Resposta: INDEFERIDO

1 – A alegação da recusante quanto à indução a erro por conta de erro material (quando ela mesma identifica que se trata de equívoco de digitação), não faz sentido, uma vez que está sendo analisado o título do texto (que consta como primeira frase no texto), escrito no início do enunciado da questão 01, tratando-se, portanto, de neologismo criado pelo autor (enunciador, emissor, codificador, remetente, locutor) da mensagem textual Stephen Kanitz, estamos transcrevendo:

“Sobre a frase: “Estamos emburrecendo” - título do texto, analise as proposições com V(Verdadeiro) ou F(Falso). Em seguida, marque a alternativa correta.

2 – Como ressalta a recusante: “Erro Material: A questão 1 referente a interpretação de texto apresenta erro de digitação”, - ela entendeu que é de interpretação e não de cobrança ortográfica, conforme grifo da própria recusante.

Esclarecimento fonético / fonológico das letras oclusivas: Quanto ao modo de articulação, as letras (P; B; D;T; K; G) são oclusivas ou plosivas. Isto mostra que, involuntariamente, o digitador pode confundir. Daí ocorrer o equívoco sinalizado. (http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/fonatica_e_fonologia_1360068796.pdf)

3 – Gabarito oficial mantido.

QUESTÃO: 04

Resposta: INDEFERIDO

1 – Dentre os parágrafos que compõem as alternativas da questão, o único que contempla o enunciado é o (8º§). Verbo no futuro enuncia ideia hipotética.

Vamos lembrar o enunciado da questão com a transcrição em destaque para o que se pede, para o que se cobra na questão:

Marque o parágrafo que apresenta a primeira oração escrita com locução verbal formada por dois verbos de segunda conjugação, enunciando ideia hipotética do futuro do pretérito do modo indicativo.

Vamos comprovar com a transcrição do (8º§).

(8º§) Antigamente, superespecialistas **poderiam morrer** de fome por falta de mercado. Hoje, a globalização permite mercados cada vez maiores. Por isso a enorme preocupação dos especialistas em ampliar mercados como a Alca, Brindia e Mercosul. Um técnico de manutenção de rodas de avião morreria de fome no Uruguai.

4 – Gabarito oficial mantido.

QUESTÃO: 05

Resposta: INDEFERIDO

1 – O recusante impetrou recurso para demonstrar equívoco quanto à classificação do monossílabo tônico “JÁ”. A regra que ele transcreveu da Gramática sobre os oxítonos é esta, merecendo uma pequena correção: “As sílabas que antecedem à sílaba tônica” são denominadas pré-tônicas. Enquanto aquelas que sucedem (são posteriores) à sílaba tônica são denominadas pós-tônicas. Mas para a palavra ser oxítônica, ela precisa ter duas ou mais sílabas. Por este motivo a alternativa 4 é incorreta.

Explicando o item 4 - As palavras: “Você”; “alguém”; “está” são todas oxítonas; a palavra “já” é monossílabo tônico.

Explicando o item 5 - sublinhamos preposição imposta pela regência nominal.

Lembramos ao candidato que “JÁ” é monossílabo tônico.

Sobre o item 5 - sublinhamos preposição imposta pela regência nominal.

2 – Gabarito oficial mantido.

QUESTÃO: 07

Resposta: INDEFERIDO

1 – A alegação do recusante não tem o menor sentido teórico, à Luz da gramática Normativa da Língua Portuguesa. – Vejamos o que está escrito no enunciado: “Marque a oração escrita com os termos essenciais (sujeito e predicado) explícitos e dispostos na ordem direta”.

2 – Este tipo de enunciado tem, obrigatoriamente, que analisar: “O sujeito e o predicado” escrito na construção da oração – na ordem pedida no enunciado da questão.

3 – Gabarito oficial mantido.

QUESTÃO: 09

Resposta: INDEFERIDO

1 – A alegação do/a recusante/a não tem o menor sentido, uma vez que a única alternativa incorreta é “A” – pois o tempo verbal equivalente a DIZIA (pretérito imperfeito do modo indicativo – ação contínua no passado) – tem que ser “ERA” (pretérito imperfeito do modo indicativo – ação contínua no passado)) – para que exista equivalência semântico-contextual. – O tempo do verbo conjugado “FOI” é pretérito perfeito do modo indicativo – ação conclusiva no passado). Portanto, altera o sentido semântico-contextual.

2 – Com relação à argumentação incorreta sobre a oração construída com o verbo “Parece” da letra B – informamos que p/a recusante/a está equivocado/a – nesta oração “Hoje, parece que ele dobra a cada nove” – a primeira oração tem sujeito inexistente.

3 – Gabarito oficial mantido.

QUESTÃO: 10

Resposta: INDEFERIDO

1 – A alegação do recusante não tem o menor sentido, uma vez que o enunciado está bem claro: “Marque a alternativa com uso de expressão expletiva (se deletar) não faz falta”.

2 – A única alternativa cuja expressão pode ser deletada sem alterar o sentido da ideia frasal é a da alternativa C - Eles é que estão emburrecendo. – A frase ficaria assim: Eles estão emburrecendo. – A ideia está mantida sem precisar dar ênfase com expressão expletiva.

3 – Gabarito oficial mantido.

QUESTÃO: 12

Resposta: INDEFERIDO

1 – A alegação do recusante não tem o menor sentido, uma vez que o enunciado está bem claro: “A frase: “Todos estamos emburrecendo por falta de leitura” exemplifica uso de: SILEPSE – concordância ideológica – O correto à luz da Gramática Normativa da Língua Portuguesa tem que se: “Todos estão emburrecendo por falta de leitura” – todos é terceira pessoa do plural e a concordância verbal tem que ser na terceira pessoa do plural.

2 – VAMOS ENTENDER “SILEPSE”

Por Leticia Gomes Montenegro - Mestre em Linguística, Letras e Artes (UERJ, 2014) - Graduada em Letras - Literatura e Língua Portuguesa (UFBA, 2007)

A palavra “silepse” é originária do grego *sýllepsis*, que significa “ação de reunir”, “ação de tomar em conjunto”, também pode ser entendida como a ação de compreender. Ou seja, a silepse é a figura de sintaxe que consiste em uma concordância não fundamentada nas regras gramaticais da língua, e sim com uma concordância ideológica dos sentidos que as palavras expressam, ou ainda com o sentido que as relações entre elas revelam. Conforme a concepção do termo, silepse referia-se somente à concordância de número. Contudo, como a língua configura-se como um organismo vivo, as variações linguísticas a colocam em processos de transformação, e agregaram outras formas de construção sintática com as concordâncias de gênero e pessoa. Em resumo, a silepse abarca praticamente todo o campo da concordância, tomando como princípio o aspecto ideológico da língua, e não a perspectiva gramatical.

Silepse de número

1) A Silepse de número pode ocorrer com todo substantivo singular compreendido como plural, pelo falante, e, em particular, com os coletivos dos nomes. A incidência desta silepse aumenta à medida que o verbo se distancia do sujeito coletivo. É mais recorrente quando o coletivo está elíptico (subentendido) na oração, assim:

A população manifestou-se contrária às mudanças políticas, foram às ruas e entoavam o hino nacional.

Após acidente de carro, a família saiu do hospital, estão bons.

2) Quando o sujeito de uma oração é um dos pronomes “nós” ou “vós” referindo-se a uma só pessoa, e os adjetivos ou participios a que eles estão ligados permanecem no singular, ocorre silepse de número, da seguinte forma:

Impulsionado por um cenário político de complexo entendimento, nossos esforços neste estudo voltaram-se à análise dos diferentes contextos dos estados brasileiros. Oferecemos cuidados aos graduandos em sociologia um completo manual, com o envolvimento de todos.

Silepse de gênero

Os termos utilizados como forma de tratamento “vossa majestade”, “vossa excelência”, “vossa senhoria”, e similares a esses, apresentam-se sob o gênero feminino, porém são usadas com regularidade para pessoas do sexo masculino. Neste caso, quando funciona como predicativo, o adjetivo que a elas se refere vai sempre para o masculino, quando deveria concordar com a forma de tratamento e não com a pessoa a quem a expressão está-se referindo:

Por exemplo, quando um juiz é um homem e usa-se a expressão “Vossa excelência”, mas completa-se a oração com palavras no masculino.

Vossa excelência é muito justo, cumpre com as normas e as leis.

Silepse de pessoa

1) Quando a pessoa do discurso se inclui num sujeito enunciado na terceira pessoa do plural, o verbo pode ir para a primeira pessoa do plural, exemplo: “Esquece esse problema, que ainda havemos de ser realizados os dois, com a nossa família e trabalho”.

2) Quando o sujeito expresso na terceira pessoa do plural abrange a pessoa a quem o falante se dirige, é lícito usarmos a segunda pessoa do plural. Exemplo: "Todos falais em me julgar e condenar".

3) No português popular europeu, brasileiro e de países africanos de língua portuguesa, é comum a palavra “gente” transpor o verbo para a primeira pessoa do plural. Exemplo: "A gente necessita realizar uma tarefa bem elaborada para verem que somos grandiosos".

Observação: para alguns gramáticos essa variação da língua se constitui como um desvio da regra, e não como uma elipse.

Outra aplicação do termo "silepse"

Em estudos da narrativa, também conhecido por narratologia, o termo “silepse” é usado para conceituar o processo de sintetizar o discurso, apresentando de um modo reduzido vários eventos associáveis através de um recurso qualquer de aproximação temporal, espacial, temático.

Bibliografia:

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. – 37. ed. rev., ampl. e atual. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. – 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

GARCIA, Maria Cecília. Minimanual compacto de gramática da língua portuguesa: teoria e prática – 1. ed. – São Paulo: Rideel, 2000.

Koch, Ingedore Grunfeld Villaça. A inter-ação pela linguagem. 5 ed. – São Paulo: Contexto, 2000 – Coleção: Repensando a Língua Portuguesa

Reis, Carlos e LOPES, Ana Cristina M. Dicionário de Teoria da Narrativa. São Paulo: Ática, 1988.

[\(https://www.infoescola.com/portugues/silepse/\)](https://www.infoescola.com/portugues/silepse/)

4 – Gabarito oficial mantido.

QUESTÃO: 15

Resposta: INDEFERIDO

1 – A alegação da recusante está vazia de sentido. Ela tenta fazer relação de versos, atendo-se ao que não se pede na questão e que não traz a menor lógica textual.

2 – Lembramos que um poema é texto CONOTATIVO e, como tal, não pode ser analisado objetivamente, tampouco com informações, afirmações sem nexos algum.

3 – VAMOS LER OS TEXTOS QUE COMPÕEM A QUESTÃO, PARA ENTENDER O QUE, DE FATO, ESTÁ SENDO ANALISADO.

AS QUESTÕES 15 A 18 REFEREM-SE AOS TEXTOS A E B.

Texto A

Metáfora é a figura de linguagem (v.) que consiste na transferência (gr. Metáfora) de um termo para um âmbito de significação que não é o seu; ao contrário da metonímia (v.) não se fundamenta numa relação objetiva entre a significação própria e a figurada, mas, sim, numa relação toda objetiva, criada no trabalho mental de apreensão; ex.: “o último ouro do sol morre na cerração” (Bilac, Poesias, 340). A metáfora tem uma função expressiva, que é pôr em destaque aspectos que o termo próprio não é capaz de evocar por si mesmo; assim, a última luz do sol não ressaltaria a tonalidade especial da luz solar ao crepúsculo. A metáfora é, por isso, um recurso corrente na linguagem e essencial na poesia (cf. Murry, 1951, 81). A seu lado, há a comparação assimilativa (v) ou símile (v.), em que se obtém esse destaque pelo cortejo de dois termos; ex.: “a luz do sol é como ouro na cerração”.

(CÂMARA JR., Joaquim Matoso. Dicionário de Filologia e Gramática. Rio de Janeiro. J. Ozon, 6ª ed. 1974, 260.)

Texto B

METÁFORA

Uma lata existe para conter algo,
Mas quando o poeta diz lata
Pode estar querendo dizer o incontível.

Uma meta existe para ser um alvo,
Mas quando o poeta diz meta
Pode estar querendo dizer o inatingível.

Por isso não se meta a exigir do poeta
Que determine o conteúdo em sua lata

Na lata do poeta tudo-nada cabe,
Pois ao poeta cabe fazer
Com que na lata venha caber
O incabível.

Deixe a meta do poeta, não discuta,
Deixe a sua meta fora da disputa,
Meta dentro e fora, lata absoluta
Deixe-a simplesmente metáfora.

(Gilberto Gil, Um Banda Um, Wea Discos Ltda, 1982, 3ª faixa, lado 1.)

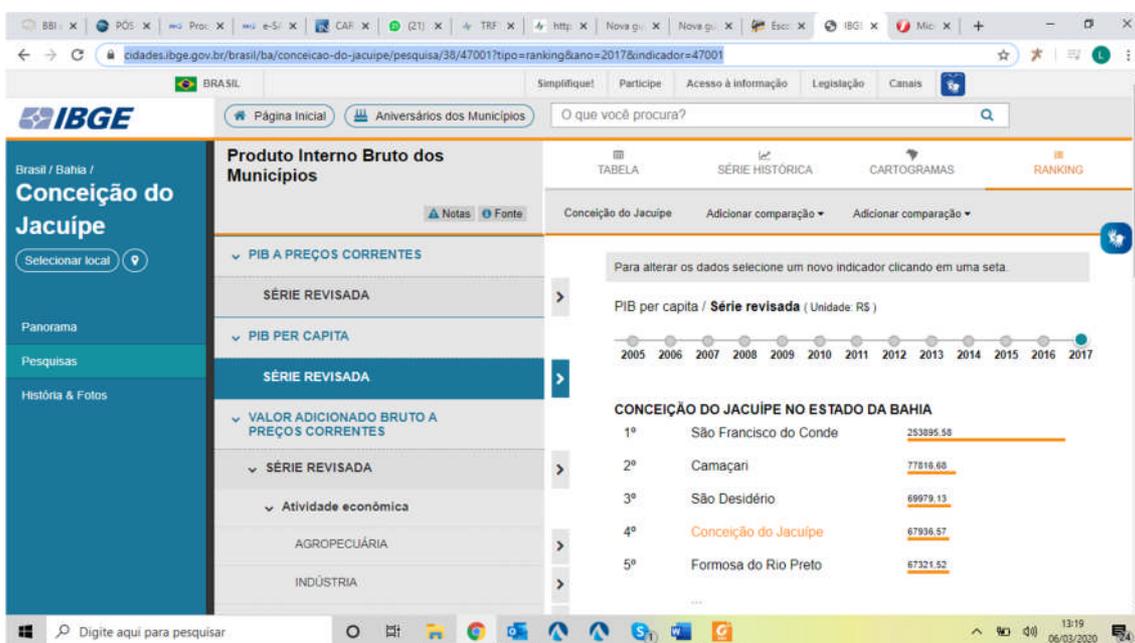
3 – Gabarito oficial mantido.

QUESTÃO: 19

Resposta: INDEFERIDO

Sob o aspecto formal, o recurso atendeu às exigências do Edital. Melhor sorte, no entanto, não acompanha a questão meritória.

A questão tratou a respeito do PIB *per capita* do Município de Conceição do Jacuípe do ano de 2017, o qual foi o 4º maior do Estado da Bahia, conforme pode ser observado na foto abaixo:



disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/conceicao-do-jacuipe/pesquisa/38/47001?tipo=ranking&ano=2017&indicador=47001>

Por sua vez, a Recorrente trouxe a posição do Município de Conceição do Jacuípe no ranking relativo ao valor adicionado bruto a preços correntes, ranking esse que não se relacionou com a questão apresentada.

Assim exposto, decide a Banca Julgadora, à unanimidade, **indeferir** o presente recurso.

QUESTÃO: 21

Resposta: INDEFERIDO

Sob o aspecto formal, o recurso atendeu às exigências do Edital. Melhor sorte, no entanto, não acompanha a questão meritória.

Nos termos do art. 68 da Lei Orgânica Municipal de Conceição do Jacuípe, “A *fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo municipal, instituídos em lei.*”

Como se observa, a alínea “b” da questão 21 está incorreta, por sugerir que a fiscalização acima referida é exercida precipuamente mediante controle interno.

Assim exposto, decide a Banca Julgadora, à unanimidade, **indeferir** o presente recurso.

QUESTÃO: 22

Resposta 1: INDEFERIDO

Sob o aspecto formal, o recurso atendeu às exigências do Edital. Melhor sorte, no entanto, não acompanha a questão meritória.

O próprio site que o Recorrente elegeu como fonte cita os portugueses como responsáveis pelo povoamento do território do hoje Município de Conceição do Jacuípe, conforme excerto a seguir destacado: “***Em 1961, desmembrado de Santo Amaro, foi criado esse município. O povoamento de seu território teve início no século XVII, por portugueses que ali se estabeleceram, instalando engenhos e desenvolvendo a cultura da cana-de-açúcar.***” (disponível em <http://www.jacuipe noticias.com/Historia/jacuipe.htm>).

Assim exposto, decide a Banca Julgadora, à unanimidade, **indeferir** o presente recurso.

Resposta 2: INDEFERIDO

Sob o aspecto formal, o recurso atendeu às exigências do Edital. Melhor sorte, no entanto, não acompanha a questão meritória.

O Recorrente faz confusão entre os conceitos de Região Metropolitana e Área de Expansão Metropolitana. O Município de Conceição do Jacuípe já faz parte da Região Metropolitana de Feira de Santana, não estando incluído, portanto, na aludida área de expansão.

Observar a Lei Complementar n.º 35, de 06 de julho de 2011.

Assim exposto, decide a Banca Julgadora, à unanimidade, **indeferir** o presente recurso.

Resposta 3: INDEFERIDO

Sob o aspecto formal, o recurso atendeu às exigências do Edital. Melhor sorte, no entanto, não acompanha a questão meritória.

O Recorrente afirma que a questão pedia para assinalar a alternativa incorreta. Após, afirma que a alínea “b” traz uma afirmação correta. Se a questão pediu a marcação da alternativa incorreta e a alínea “b” traz uma afirmação correta, por óbvio que não é ela a resposta da questão. Tanto isso é verdade que o gabarito foi letra “c”.

Assim exposto, decide a Banca Julgadora, à unanimidade, **indeferir** o presente recurso.

CARGO: ANALISTA DE SISTEMA

QUESTÃO: 30

RESPOSTA: DEFERIDO

Gabarito alterado para letra "C"

QUESTÃO: 32

Resposta: INDEFERIDO

Questão correta e de acordo com o edital. Resposta correta alternativa A. A banca analisando o enunciado da questão da prova:

"A parte básica do Linux é composta de um kernel, software criado para fazer a comunicação de outros programas e traduzi-los em comandos para a unidade de processamento e outros componentes eletrônicos. Para funcionar, porém, também é necessário aplicativos e bibliotecas específicas para eles. Marque a alternativa que apresenta corretamente componentes do kernel do Linux:"

E confrontando com o enunciado apresentado pelo recusante: "A estrutura do núcleo do Linux contém os componentes:"

A banca chegou a conclusão que a questão constante na prova está contextualizada, ao contrário da apresentada pelo recusante e a chave da questão apresentada na prova está totalmente diferente da apresentada pelo recusante (Marque a alternativa que apresenta corretamente componentes do kernel do Linux).

QUESTÃO: 36

Resposta: INDEFERIDO

Questão de acordo com o edital, alternativa correta letra A.

A questão aborda os conceitos, características e estrutura do DHCP. O enunciado da questão contextualiza o DHCP e coloca como chave de resposta a análise das afirmativas apresentadas e a identificação da afirmativa correta.

Recusante alega que as alternativas apresentadas foram copiadas de questões já apresentadas em concursos. A banca após na análise chegou a conclusão que o ineditismo do enunciado e que o tema abordado na questão é amplamente cobrada em provas de informática o que pode ocorrer similaridades.

QUESTÃO: 37

Resposta: INDEFERIDO

Questão de acordo com o edital, alternativa correta letra D.

O enunciado da questão contextualiza WEP, WPA, WPA2 e coloca como chave de resposta a análise das afirmativas apresentadas e a identificação da afirmativa correta. Recusante alega que as alternativas apresentadas foram copiadas de questões já apresentadas em concursos. A banca após na análise do recurso, chegou a conclusão que o ineditismo do enunciado e que o tema abordado na questão é amplamente cobrada podendo ocorrer similaridades e que as alternativas apresentadas pelo recusante como copiadas diferem com as constantes na prova.

QUESTÃO: 39

Resposta: INDEFERIDO

Questão de acordo com o edital, alternativa correta letra A.

O enunciado da questão contextualiza Servlets e coloca como chave de resposta a análise das afirmativas apresentadas e a identificação da afirmativa correta. As afirmativas foram extraídas e adaptadas de Manzano, José Augusto Navarro, Érica 2014 e Deitel, Harvey M. São Paulo:2015. Recusante alega que as alternativas apresentadas foram copiadas de questões já apresentadas em concursos. A banca após na análise do recurso, chegou a conclusão sobre o ineditismo do enunciado e que o tema abordado na questão é amplamente cobrado podendo ocorrer similaridades.

CARGO: BIBLIOTECÁRIO

QUESTÃO: 35

Resposta: INDEFERIDO

O próprio extrato usado como argumento cita que a CDU é uma classificação de CARÁTER ANALÍTICO-SINTÉTICO.

Sendo assim, a alínea III não está, de todo, correta, sendo considerada com o item com erro no gabarito da questão em evidência.

Desta forma, INDEFERE-SE o recurso.

CARGO: ENFERMEIRO

QUESTÃO: 28

Resposta: INDEFERIDO

A Quetiapina pertence a uma classe de neuroléptico conhecida como antipsicótico indicado para o tratamento das psicoses/ esquizofrenia como monoterapia podendo ser utilizado no controle dos episódios de transtorno afetivo não como droga essencial, mas adjuvante ou adicional para reforçar a ação de outro medicamento. A alternativa considerada correta mostra a indicação formal do medicamento embora hoje na psiquiatria no tratamento dos sintomas de ansiedade possa também ser utilizada associada a outras medicações, mas não como a droga importante e imprescindível nesses casos.

QUESTÃO: 29

Resposta: INDEFERIDO

O recusante cita as etapas da sistematização como processo de enfermagem. Baseadas na Teoria das Necessidades Humanas Básicas, da Dra. Wanda de Aguiar Horta, temos:

- **PROCESSO DE ENFERMAGEM:** é a dinâmica das ações sistematizadas e inter-relacionadas, que visa à assistência ao ser humano. Compreende seis fases ou passos: histórico de enfermagem, diagnóstico de enfermagem, plano assistencial, plano de cuidados, evolução e prognóstico de enfermagem.

PROGNÓSTICO DE ENFERMAGEM: estimativa da capacidade do ser humano em atender suas necessidades básicas, alteradas após a implementação do plano assistencial e à luz dos dados fornecidos pela evolução de enfermagem.

QUESTÃO: 30

Resposta: INDEFERIDO

O recusante quando argumenta que o diagnóstico da insuficiência renal crônica é tardio na maioria das vezes e que por esta razão a hemodiálise estará indicada ele já entende que a indicação não está na fase inicial da doença. A hemodiálise estará indicada sempre que os outros recursos já não ajudarem mais o paciente renal crônico. Em relação aos vômitos principalmente matinais são características descritas pela Sociedade Brasileira de Nefrologia e no Portal da Diálise. Embora possam ocorrer em outros horários assim como outras manifestações. A alternativa coloca principalmente e não exclusivamente.

CARGO: PEDAGOGO (EDUCAÇÃO ESPECIAL)

QUESTÃO: 25

Resposta: INDEFERIDO

1 – A recusante sinalizou sobre o equívoco de digitação das alternativas A e B, por estarem iguais. A Banca Elaboradora – Examinadora esclarece que este tipo de equívoco favorece o candidato, porque ao invés de ele analisar 5 alternativas, só vai analisar 4. Uma vez que o gabarito oficial é LETRA D, não traz prejuízo algum a ninguém.

2 – Vamos reler o texto do MEC que serviu de base para a elaboração da Questão 25.

Proposta Curricular - 1º Segmento

Este documento deve constituir-se em subsídio à elaboração de projetos e propostas curriculares a serem desenvolvidos por organizações governamentais e não-governamentais, adaptados às realidades locais e necessidades específicas.

Este trabalho representa para o MEC a possibilidade de colocar à disposição das secretarias estaduais e municipais de educação e dos professores de educação de jovens e adultos um importante instrumento de apoio, com a qualidade de referencial que lhe é conferida pelo notório saber de seus autores.

Proposta Curricular - 2º Segmento

Lançada pela SEF em 2002, com base na Revolução nº01/2000 e no Parecer CNE/CEB nº11/2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA, essa Proposta tem por finalidade subsidiar o processo de reorientação curricular nas secretarias estaduais e municipais de educação, bem como nas instituições e escolas que atendem a EJA.

(<http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/13533-proposta-curricular>)

3 – GABARITO OFICIAL MANTIDO.

CARGO: PROFESSOR DE INGLÊS

QUESTÃO: 27

Resposta: INDEFERIDO

“was” é o verbo “to be” conjugado no Presente Simples, não tendo função de verbo auxiliar. Portanto a questão deve ser mantida com o gabarito de letra “a”.

QUESTÃO: 32

Resposta: DEFERIDO

Gabarito alterado para letra “A”

CARGO: PROFESSOR DE MATEMÁTICA

QUESTÃO: 35

Resposta: DEFERIDO

QUESTÃO ANULADA

QUESTÃO: 38

Resposta: INDEFERIDO

Solução:

$$\text{sen}^2 A + \text{cos}^2 A = 1$$

$$\text{sen}^2 A = X^2/4$$

$$\text{cos}^2 A = y^2/9$$

$$X^2/4 + y^2/9 = 1$$

$$9X^2 + 4y^2 = 36 \text{ (alternativa B)}$$

CARGO: PROFESSOR NÍVEL I

QUESTÃO: 25

Resposta: INDEFERIDO

1 – A alegação do/a recusante/a para pedir anulação da questão não faz sentido, não justifica, porque o Art. 214 está completo, o que possibilita o candidato analisar todos os seus incisos e entender que a questão pede para marcar os incisos incorretos.

2 – Vamos transcrever o Art. 214 da Constituição Federal 1988.

Título VIII
Da Ordem Social

Capítulo III
Da Educação, da Cultura e do Desporto

Seção I
Da Educação

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade do ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

(https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_214_.asp)

3 – A Banca Elaboradora – Examinadora atenderia a solicitação de anulação da questão se fosse omitido o inciso V e se cobrasse o que nele está escrito.

4 – Os incisos incorretos são I e III, portanto, não há o que se alterar na questão em análise.

5 – Gabarito oficial mantido.

QUESTÃO: 26

Resposta: INDEFERIDO

1 – O recusante sinalizou sobre o equívoco de digitação dos itens (das proposições) I e V, por estarem iguais. A Banca Elaboradora – Examinadora, esclarece que este tipo de equívoco favorece o candidato, porque ao invés de ele analisar 6 tópicos, só vai analisar 5. Uma vez que apenas III e IV estão incorretos, escritos nas alternativas B – gabarito oficial da questão, não trazendo prejuízo algum a ninguém.

3 – Gabarito oficial mantido.

QUESTÃO: 27

Resposta: INDEFERIDO

1 – A alegação da recusante sobre as Disposições Preliminares do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não tem sentido algum.

2 – Vamos transcrever as Disposições Preliminares do ECA.

Título I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

3 – O que não faz parte das Disposições Preliminares do ECA é o Art. 7º- que faz parte dos Direitos Fundamentais, conforme transcrevemos a seguir:

Título II

Dos Direitos Fundamentais

Capítulo I

Do Direito à Vida e à Saúde

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)

4 – Gabarito oficial mantido.

QUESTÃO: 30

Resposta: INDEFERIDO

1 – A alegação da recusante não faz sentido, pois estamos transcrevendo o texto-base da organização da questão. Nele, comprova-se que o enunciado da letra B não faz parte dos itens preceituados pelo Ministério da Educação, portanto não consta no (portal.mec.gov) que foi consultado para a elaboração da questão 30 – em análise.

Defesa da letra B – É fundamental a universalização do acesso, a ampliação da jornada escolar e a garantia da permanência bem-sucedida para crianças, jovens e adultos, em todas as etapas e modalidades de educação básica. É indispensável à escola, portanto.

Texto de apoio da questão 30.

A prática social da Educação deve ocorrer em espaços e tempos pedagógicos diferentes, para atender às diferenciadas demandas. Como prática social, a educação tem como locus privilegiado a escola, entendida como espaço de garantia de direitos;

• Devemos trabalhar em defesa da educação pública, gratuita, democrática, inclusiva e de qualidade social para todos ;

• É fundamental a universalização do acesso, a ampliação da jornada escolar e a garantia da permanência bem-sucedida para crianças, jovens e adultos, em todas as etapas e modalidades de educação básica. É indispensável à escola, portanto: • Socializar o saber sistematizado;

• Fazer com que o saber seja criticamente apropriado pelos alunos; • Aliar o saber científico ao saber prévio dos alunos (saber popular);

- Adotar uma gestão participativa no seu interior;

- Contribuir na construção de um Brasil como um país de todos, com igualdade, humanidade e justiça social.

(http://portal.mec.gov.br/arquivos/conferencia/documentos/celina_areas.pdf)

3 – Gabarito oficial mantido.

QUESTÃO: 31

Resposta: INDEFERIDO

1 – A alegação da recusante não faz sentido algum, pois o item 3 apresenta erro. Estamos comprovando o que está errado no item 3.

Defendendo o item 3 - A avaliação do processo ensino-aprendizagem, apresenta três tipos de funções: diagnóstica (analítica), formativa (controladora) e somativa (classificatória).

2 – Gabarito oficial mantido.

QUESTÃO: 32

Resposta: INDEFERIDO

1 – A alegação da recusante não faz sentido algum, pois Os três itens estão corretos.

2 – Gabarito oficial mantido.

QUESTÃO: 38

Resposta: INDEFERIDO

1 – A questão está construída com base no texto do Ministério da Educação (portal.mec.gov.br) que consta no enunciado da questão, com indicação das páginas consultadas para a formulação da questão.

2 – O erro da questão 38 está na letra B – única que responde à questão, uma vez que se pede o princípio incorreto.

3 – O correto é o seguinte: O direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil.

4 – Gabarito oficial mantido.

CARGO: PSICÓLOGO

QUESTÃO: 29

Resposta: INDEFERIDO

1 – A forma como a questão está estruturada não dá margem para questionamento, uma vez que vários Psicólogos dizem a mesma coisa, independentemente de não se considerar fechada a ideia contida em “incluindo”.

2 – Vamos analisar o que dizem alguns Psicólogos:

Transtornos Dissociativos, é o que corresponde a um prejuízo parcial ou total das funções normalmente integradas de consciência, memória e identidade.

Espero ter ajudado.

Milena Mendonça – Psicóloga (São Paulo).

Luciano Mesquita de Sousa – Psicólogo (Salvador)

Alguns especialistas a caracterizam por alterações repentina e temporária da consciência de identidade, ou comportamento motor resultante de ansiedade excessiva.

DAIANA PONTES – PSICÓLOGA – RIO DE JANEIRO

Também conhecido como distúrbio de conversão, é um transtorno Psicológico que faz com que o paciente deixe de perceber a realidade tal como ela é confundindo-a com pensamentos, memórias e identidade de outras pessoas.

Geralmente se manifesta e se agrava depois de um grande, como excesso de trabalho, doença grave ou até falecimento de uma pessoa muito próxima. Podendo acontecer de vez em quando ou frequentemente, sendo mais comum em mulheres do que nos homens.

(<https://www.doctoralia.com.br/perguntas-respostas/o-que-e-transtorno-dissociativos>)

3 – Vejamos o que diz Dr. David De Lucena – Médico Psiquiatra – Fortaleza

São transtornos em que momentaneamente há uma separação entre a consciência, a memória, a orientação, a percepção e a conduta. São exemplos: amnésia dissociativa, a fuga dissociativa, transtorno dissociativa motor ou sensitivo, e transtorno dissociativa o de múltiplas personalidades. Este último muito explorado em filmes, mas de existência questionável. Existem outras classificações, muitas vezes estes transtornos estão associados a problemas de personalidade como o histriônico, pessoas regressivas, infantis ou com comprometimento cognitivo.

(<https://www.doctoralia.com.br/perguntas-respostas/o-que-e-transtorno-dissociativos>)

4 – Vejamos o que diz (DAVIDOFF, Linda L. Introdução à Psicologia. MABRON BOOKS. Cap. 13. P.568.)

“Os distúrbios dissociativos incluem diversas síndromes caracterizadas pela dissociação temporária (divisão) de funções normalmente integradas (como consciência, comportamento e noção de identidade). Vários distúrbios de memória e personalidade múltipla caem na categoria dissociativa”. (...)

5 - Gabarito oficial mantido.

CARGO: MÉDICO CIRURGIÃO

QUESTÃO: 24

Resposta: DEFERIDO

Gabarito alterado para letra “D”

QUESTÃO: 28

Resposta: DEFERIDO

Gabarito alterado para letra “C”

QUESTÃO: 29

Resposta: DEFERIDO

Gabarito alterado para letra “D”

CARGO: FARMACÊUTICO

QUESTÃO: 31

Resposta: INDEFERIDO

Afirma o recorrente que a alternativa 1 da questão 31 está incorreta, embasando-se para isso na Resolução do Conselho Federal de Farmácia nº 417 de 29 de setembro de 2004. Resolução esta revogada pela de nº 596 de 21 de fevereiro de 2014, a qual especifica claramente em seu artigo 11 inciso XI que é um direito do farmacêutico “decidir, justificadamente, sobre o aviamento ou não de qualquer prescrição, bem como fornecer as informações solicitadas pelo usuário”. A questão apresentada aos candidatos é clara e fidedigna ao código de ética em vigência no país. Dessa forma, mantém-se o gabarito atual.

A TODOS OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO COMPLETO

QUESTÃO: 01

Resposta: INDEFERIDO

1 – O/A recusante/a está equivocado/a, pois a questão só admite uma resposta, uma vez que o sujeito da oração é composto “Educação e limites”.

2 – A palavra “Antônimos” é substantivo polissílabo proparoxítono. Informamos ao candidato que a palavra “antônimos” é um polissílabo proparoxítono e, de acordo com a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Como na questão está cobrado o número de sílabas e a classificação quanto à tonicidade, não existem duas alternativas que podem responder à questão. Apenas a alternativa C está incorreta, portanto, é a única que responde à questão.

A Banca Elaboradora-Examinadora lembra que, na alternativa E, não existe cobrança de classe gramatical de acordo com o uso da palavra “antônimos” na frase.

3-Definição de Antônimo

Classe gramatical: adjetivo e substantivo masculino

Separação silábica: an-tô-ni-mo

Plural: antônimos

Feminino: antônima

(<https://www.dicio.com.br/antonimo/>)

(<https://www.dicionarioinformal.com.br/visualize/classe%20gramatical/>)

(www.infoescola.com/portugues/classes-gramaticais)

4 – VAMOS RELER A QUESTÃO PARA COMPROVAR QUE A LETRA E – ESTÁ CORRETA, PORQUE, DE ACORDO COM A NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA (NGB), ESTA PALAVRA PODE SER SUBSTANTIVO OU ADJETIVO.

Questão 01

1.Marque o que não se comprova na frase: “Educação e limites não são antônimos” - título do texto.

- a) Período simples, oração absoluta, formada com sujeito composto.
- b) Um substantivo abstrato polissílabo oxítono.
- c) **Uso de sujeito elíptico.**
- d) Uso de advérbio de negação.
- e) Um substantivo polissílabo proparoxítono.

5 – Gabarito oficial mantido – LETRA C.

QUESTÃO: 03

Resposta: INDEFERIDO

1 – O recusante, equivocadamente, pede alteração da questão, criou uma justificativa surreal (acima da realidade do conteúdo da Gramática Normativa da Língua Portuguesa), inexistente na Gramática. Está escrito que é pronome de tratamento e não tem o que discutir ou que criar algo inexistente na gramática para tentar obter a pontuação da questão, que está absolutamente correta.

2 – Gabarito oficial mantido.

QUESTÃO: 04

Resposta: INDEFERIDO

1 – O/A recusante/a, equivocadamente, contesta o parágrafo que está correto, para pedir o parágrafo que não atende o enunciado da questão.

Vejamos o que está escrito no enunciado da questão: “Marque o parágrafo cuja primeira oração do primeiro período tem sujeito na forma nominal do infinitivo”.

2 – Vamos reler o Quinto parágrafo com marcação que justifica o que se cobra na questão.

(5º§) Educar é dar limites... Você recebeu educação de quem? Pai, mãe, avós, tios?

3 – Gabarito oficial mantido.

QUESTÃO: 05

Resposta: INDEFERIDO

1 – O recusante, equivocadamente, contesta a forma correta do Imperativo Afirmativo do Verbo Pensar.

2 – VAMOS CONJUGAR O IMPERATIVO AFIRMATIVO DO VERBO PENSAR PARA O RECUSANTE ENTENDER QUE INEXISTE MOTIVO PARA PEDIR ANULAÇÃO DE UMA QUESTÃO TOTALMENTE CORRETA.

Imperativo

Imperativo Afirmativo

Pensa tu

Pense você

Pensemos nós

Pensai vós

Pensem vocês

(<https://www.conjugacao.com.br/verbo-pensar/>)

4 – Gabarito oficial mantido.

QUESTÃO: 11

Resposta: INDEFERIDO

1 – O recusante, equivocadamente, contesta a alternativa B, única que apresenta opinião, portanto, única que correta para responder à questão 11.

2 – Vamos reler o (3º§) para a devida comprovação de que a voz do texto (o enunciador, emissor, codificador, remetente, locutor) emite opinião.

(3º§) **O homem deve seguir o seu destino.... e alguém pensou que não devesse. Sim... mas que destino é esse? A educação legítima é aquela que liberta.**

3 – Gabarito oficial mantido.

QUESTÃO: 15

Resposta 1: INDEFERIDO

Sob o aspecto formal, o recurso atendeu às exigências do Edital. Melhor sorte, no entanto, não acompanha a questão meritória.

Não existe na atual Lei Orgânica do Município de Conceição do Jacuípe o referido §4º, do art. 39, conforme pode ser observado no arquivo extraído do Diário Oficial do Município, a saber <http://www.ipmbrasil.org.br/visualizar-publicacoes?cod=4966&file=300E1C49E5AD4C31F4ED175E56AABD00&type=publicacao>.

Assim exposto, decide a Banca Julgadora, à unanimidade, **indeferir** o presente recurso.

Resposta 2: INDEFERIDO

Sob o aspecto formal, o recurso atendeu às exigências do Edital. Melhor sorte, no entanto, não acompanha a questão meritória.

A Lei Orgânica do Município está inserida no conteúdo programático apresentado no Edital na parte relativa à **“conhecimentos do Município de Conceição do Jacuípe e do Estado da Bahia”**.

Assim exposto, decide a Banca Julgadora, à unanimidade, **indeferir** o presente recurso.

QUESTÃO: 17

Resposta: INDEFERIDO

Sob o aspecto formal, o recurso atendeu às exigências do Edital. Melhor sorte, no entanto, não acompanha a questão meritória.

O **Distrito** de Conceição do Jacuípe (não o Município) foi criado pela Lei Estadual n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, mais precisamente em seus anexos.

Em consulta ao site da Casa Civil do Estado da Bahia, observa-se que os anexos da Lei não fazem qualquer referência à Vila de Conceição do Jacuípe, conforme quer fazer crer a Recorrente, mas tão somente ao **Distrito Conceição do Jacuípe**.

Confira-se no seguinte link:
<http://www.legislabahia.ba.gov.br/sites/default/files/anexos/66400/Lei628.Anexos.doc>

Assim exposto, decide a Banca Julgadora, à unanimidade, **indeferir** o presente recurso.

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO / TÉCNICO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO: 23

Resposta: INDEFERIDO

Considerando que:

- a questão não apresenta nenhum vício.
- o recurso traz como argumento uma questão de interpretação de enunciado. ESTRUTURADO denota um modelo organizado, um modelo pensado, implantado e implementado, e não simplesmente “acontecido ao acaso”.

A expressão posta em dúvida – *primeiro modelo estruturado de Administração Pública* – é amparado por bibliografia que versa sobre o tema.

- Paludo, 2013:

“3.1. Administração Pública patrimonialista

Mesmo de forma desorganizada, o patrimonialismo foi o primeiro modelo de administração do Estado.” p.58

e

3.3. Administração Pública burocrática

*“Em face da desorganização do Estado em termos de prestação de serviços públicos e da ausência de um projeto de desenvolvimento para a nação, aliadas à corrupção e ao nepotismo comuns na área pública, **um novo modelo de administração se fazia necessário**. Era preciso **reestruturar** e fortalecer a Administração Pública para que pudesse cumprir suas novas funções. O surgimento das organizações de grande porte, a pressão pelo atendimento de demandas sociais, o crescimento da burguesia comercial e industrial indicavam que o Estado liberal deveria ceder seu espaço a um Estado mais organizado e de cunho econômico”.* p.63

ainda

*“A Administração Pública burocrática foi o primeiro modelo **estruturado** de Administração Pública no Brasil”.* p.66

compreensivas e suficientes, para administração pública. A primeira diz que "Administração Pública é a organização e a gerência de homens e materiais para a consecução dos propósitos de um governo". Na segunda definição, a "Administração Pública é a arte e a ciência da gerência aplicada aos negócios do Estado".

Um conceito mais completo e atual seria aquele que afirma que a Administração Pública constitui importante segmento da ciência da Administração. Ela representa o aparelhamento do Estado e funciona como o instrumento do governo para planejar, organizar, dirigir e controlar todas as ações administrativas, no sentido de dar plena e cabal satisfação das necessidades coletivas e básicas. (Chiavenato, 2008, p. 96).

No Brasil, o primeiro modelo estruturado de administração pública foi implantado pelo governo de Getúlio Vargas na primeira metade do século XX. Inspirado no modelo weberiano: o burocrata. Vargas optou por um regime rígido que pudesse "colocar ordem na casa".

http://esmat.tjto.jus.br/publicacoes/index.php/revista_esmat/article/download/125/129/

Assim sendo, basta um olhar mais atento à história da Administração Pública e uma interpretação correta do termo reclamado no enunciado, para depreender-se que não há motivo algum que enseje qualquer alteração na questão.

Ante o exposto, **INDEFERE-SE o recurso.**

QUESTÃO: 24

Resposta: INDEFERIDO

Considerando que:

- a questão não apresenta nenhum vício.
- o recurso apresentado, em desacordo com item 12.6 do Edital do certame:
 - 12.6. *Não será reconhecido o recurso que apresente fundamentação deficiente ou não traga delimitadas as matérias objeto de impugnação; não apresentou argumento técnico/científico VÁLIDO (fonte para consulta não é referência e livro citado não trouxe trecho que sustente a alegação). Porém, sobre a obra de Chiavenato citada como fonte, há de se assinalar que se encontram na mesma os seguintes fragmentos sobre as variáveis que são tidas como ênfase da Teoria da Contingência e trechos que corroboram a questão:*
- *Ao lado do ambiente, a tecnologia constitui outra variável independente que influencia as características organizacionais (variáveis dependentes). Além do impacto ambiental (para certos autores, imperativo ambiental), existe o impacto tecnológico (para outros autores, imperativo tecnológico) sobre as organizações. (p.518).*

QUADRO 18.10. *As teorias administrativas e seus fundamentos básicos*

ÊNFASE	TEORIAS ADMINISTRATIVAS
Tarefas	• Administração Científica
Estrutura	• Teoria Clássica
	• Teoria da Burocracia
	• Teoria Estruturalista
	• Teoria Neoclássica
Pessoas	• Teoria das Relações Humanas
	• Teoria Comportamental
Tecnologia	• Teoria da Contingência
Ambiente	• Teoria de Sistemas
	• Teoria da Contingência

Nestes, como em vários outros pontos da obra de Chiavenato, a ênfase da Teoria da Contingência é sempre balizada nas mesmas variáveis – AMBIENTE E TECNOLOGIA. O enunciado foi claro: “A ênfase dessa teoria da Administração está nas variáveis”. Em momento algum, na obra do autor, referência nos estudos de Administração, é dito que TAREFAS é tida, dentre as seis variáveis que a TGA elenca, como ÊNFASE da Teoria da Contingência.

Ante o exposto, INDEFERE-SE o recurso.

QUESTÃO: 32

Resposta: INDEFERIDO

Considerando que

- a questão não apresenta nenhum vício.
- o recurso apresentado, em desacordo com item 12.6 do Edital do certame:
 - 12.6. Não será reconhecido o recurso que apresente fundamentação deficiente ou não traga delimitadas as matérias objeto de impugnação;

não apresentou nenhum argumento técnico/científico (com sua respectiva fonte para consulta), passível de chamar à revisão o material utilizado como base na criação da questão;

Colar Especial

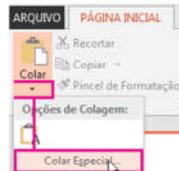
Word para Office 365, Outlook para Office 365, PowerPoint para Office 365. [Mais...](#)

Você pode especificar a formatação ao colar slides, texto, imagens, objetos e tabelas de outros programas ou da Web em seu aplicativo do Office, como o Access, o Word, o PowerPoint, o Excel e o Outlook.

Usando colar especial

Como imagens e outros objetos, o texto em uma apresentação tem sua própria formatação, como face, cor e tamanho da fonte. Quando você copia um texto com uma formatação diferente para um programa do Office, o programa, como o PowerPoint ou o Word, reformata automaticamente esse texto para coincidir com o texto do destino. No entanto, você pode usar colar especial para manter a formatação original ou colá-la como um link ou uma imagem, por exemplo.

1. Recorte ou copie o slide, a imagem, o texto ou o objeto que você deseja colar.
2. Clique no arquivo do Office no local onde você quer inserir o item.
3. Na guia **página inicial**, no grupo **área de transferência**, clique na seta em **colar**, clique em **colar especial**, em seguida, escolha uma das opções abaixo.



Dica: Se preferir usar o teclado, você pode pressionar **Ctrl+Alt+V** para invocar o colar especial.

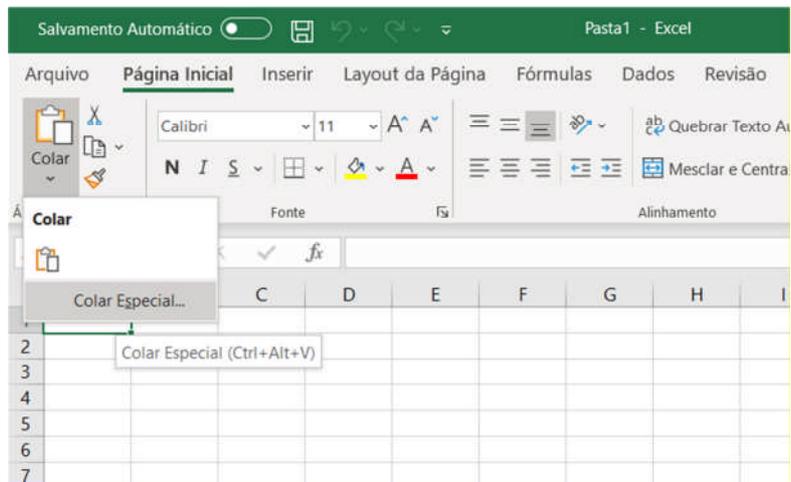
INDEFERE-SE o recurso.

QUESTÃO: 32

Resposta 2: INDEFERIDO

Considerando que:

- a questão não apresenta nenhum vício, vez que justamente pelo fato de não se especificar a versão do aplicativo, a questão se torna abrangente, e subentende-se que, uma vez que o atalho se aplique a UMA VERSÃO, como no caso abaixo tido como exemplo (EXCEL Office 365), a alínea se torna válida. Pelo fato de o atalho ser funcional em diversas versões de aplicativos Office, como pode ser constado tanto pelo print abaixo como pelo site da própria Microsoft, o argumento trazido pelo recusante não foi aceito.



INDEFERE-SE o recurso.

CARGO: FISCAL DE OBRAS

QUESTÃO: 32

Resposta: INDEFERIDO

Fica o presente Recurso referente questão 32 INDEFERIDO com base no item 12.6 do edital por apresentar fundamentação deficiente e trazer delimitadas as matérias objeto de impugnação.

A assertiva impugnada pelo recusante como verdadeira traz o seguinte conteúdo:

“III. As impermeabilizações devem ser feitas de forma definitiva.”

A fundamentação do recurso traz em seu bojo a motivação pela qual a questão não é verdadeira, pois este afirma que as impermeabilizações podem ser de dois tipos: rígidas ou flexíveis. Já a assertiva III traz antes da classificação de impermeabilização definitiva o termo “**DEVEM SER**” como se esta fosse uma obrigatoriedade, e como o próprio recusante apontou, esta é apenas uma possibilidade, pois as impermeabilizações poderão ser flexíveis.

Deste modo, o item III não trata de uma afirmativa com possibilidades, mas há neste a ideia de que as impermeabilizações devam ser definitivas, o que não é verdade.

INDEFIRE-SE o recurso.

CARGO: GUARDA MUNICIPAL

QUESTÃO: 19

Resposta: DEFERIDO

QUESTÃO ANULADA

QUESTÃO: 20

Resposta: INDEFERIDO

- O recusante afirma que a assertiva correta não estava abarcada pelo Edital. Ocorre que, consoante análise do certame consta no conteúdo programático a Lei 13.675/2013.
- Ademais, alternativa em questão foi elaborada com base no art. 42 da Lei 13.675/2013, que possui o seguinte texto: *“Art. 42. O Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública (Pró-Vida) tem por objetivo elaborar, implementar, apoiar, monitorar e avaliar, entre outros, os projetos de programas de atenção psicossocial e de saúde no trabalho dos profissionais de segurança pública e defesa social, bem como a integração sistêmica das unidades de saúde dos órgãos que compõem o Susp.”*. Assim sendo, observa-se que a alternativa só modificou a flexão verbal.
- Sendo assim, conclui-se que o recorrente não trouxe qualquer fundamento que justifique a anulação ou mudança de gabarito da assertiva discutida.

QUESTÃO: 21

Resposta: INDEFERIDO

- Consoante recurso do candidato recorrente, observa-se que este não trouxe qualquer argumento plausível para anulação da assertiva, haja vista que a alternativa IV foi construída com base no art. 10-A da Lei nº 11.340, o qual dispõe da seguinte redação: *“Art. 10-A. É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e*

prestado por servidores - preferencialmente do sexo feminino - previamente capacitados.”

- Sendo assim, o candidato recorrente não trouxe fundamento que justifique a anulação ou mudança de gabarito da assertiva discutida.

QUESTÃO: 22

Resposta: INDEFERIDO

- Consoante análise do enunciado, tem-se que o recusante deveria analisar as três alternativas (I, II e III), observando qual/quais continha(m) elementos incorretos, e posteriormente assinalar a alternativa correspondente.
- Sendo assim, o recusante confeccionou o recurso como se a questão requeresse a marcação da alternativa que correspondia os enunciados corretos, e não os incorretos.
- Logo, conclui-se que o recorrente não trouxe qualquer fundamento que justifique a anulação ou mudança de gabarito da assertiva discutida.

QUESTÃO: 23

Resposta: INDEFERIDO

- Consoante o Estatuto do Idoso, especialmente em seu art. 35 onde dispõe que: “Todas as entidades de longa permanência, ou casa-lar, são obrigadas a firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada.”, logo, conclui-se que é um dever/obrigação a formalização de contrato de prestação de serviços.
- O recusante afirma que “ (...) *em momento algum a lei fala sobre “DEVEM FIRMAR” e sim sobre “OBRIGADAS A FIRMAR” deve é espécie de possibilidades vindo a existir outra (...).* Entretanto, em conformidade ao Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=dever>), quando

utilizado na função de verbo transitivo direto tem o seguinte significado: “*Ter obrigação (legal, moral, social etc.) de; precisar: Todos devemos trabalhar.*”

- Sendo assim, o recorrente não trouxe qualquer fundamento que justifique a anulação ou mudança de gabarito da assertiva discutida.

QUESTÃO: 27

Resposta: INDEFERIDO

- Consoante o Estatuto Geral dos Guardas Municipais (Lei 13.022/2014), em seu capítulo II, art. 3º tem-se a seguinte redação:
- *Art. 3º São princípios mínimos de atuação das guardas municipais:*
- *I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas;*
- *II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas;*
- *III - patrulhamento preventivo;*
- *IV - compromisso com a evolução social da comunidade; e*
- *V - uso progressivo da força.*
- Sendo assim, o candidato recorrente não trouxe qualquer fundamento que justifique a anulação ou mudança de gabarito da assertiva discutida, haja vista que o referido art. 3º não trouxe em seu bojo o princípio da presunção da inocência.

INDEFERE-SE O RECURSO.

QUESTÃO: 28

Resposta: INDEFERIDO

- Consoante recurso do candidato recorrente, observa-se que este utilizou artigo de lei revogado pela Lei nº 13.052/2014, o qual passou a ter a seguinte redação: “Art.25, §1º. *Os animais serão prioritariamente libertados em seu habitat ou, sendo*

tal medida inviável ou não recomendável por questões sanitárias, entregues a jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas, para guarda e cuidados sob a responsabilidade de técnicos habilitados.”

- Sendo assim, o candidato recorrente não trouxe qualquer fundamento que justifique a anulação ou mudança de gabarito da assertiva discutida, haja vista que utilizou artigo de lei revogado.

CARGO: TÉCNICO EM RADIOLOGIA

QUESTÃO: 19

Resposta: INDEFERIDO

Considerando que:

- a questão não apresenta nenhum vício, tendo sendo formulada com base em material técnico/científico de fonte confiável.
- o recurso apresentado, em desacordo com item 12.6 do Edital do certame:
 - *12.6. Não será reconhecido o recurso que apresente fundamentação deficiente ou não traga delimitadas as matérias objeto de impugnação;*
não apresentou nenhum argumento técnico/científico passível de chamar à revisão o material utilizado como base na criação da questão, trazendo um argumento com lacunas de coesão e coerência.

INDEFERE-SE o recurso.

QUESTÃO: 23

Resposta: INDEFERIDO

Considerando que:

- a questão não apresenta nenhum vício, tendo sendo formulada com base em material técnico/científico de fonte confiável.
- o recurso apresentado, em desacordo com item 12.6 do Edital do certame:
 - *12.6. Não será reconhecido o recurso que apresente fundamentação deficiente ou não traga delimitadas as matérias objeto de impugnação;*

não apresentou argumento técnico/científico passível de chamar à revisão o material utilizado como base na criação da questão, trazendo um argumento com lacunas de coesão e coerência. Mesmo estando fundamentado com fonte confiável, as lacunas supracitadas impedem a compreensão lógica do argumento que se tentou expor.

Ainda assim, na tentativa de análise, o recurso alega que o item I estaria incorreto, apoiando-se em interpretação rasa do trecho “por meio de contraste radiopaco e, às vezes, radiotransparente.” Damas (2008, p.466), no livro Tratado Prático de Radiografia, afirma que para o contraste do exame SEED é utilizado o sulfato de bário e, *“às vezes, é utilizada uma substância radiotransparente (citrato de cálcio ou de magnésio para produção de dióxido de carbono) quando não há gases no esôfago”*.

Pelo que se pode depreender do recurso apresentado, as alegações são similares e complementares, corroborando com assertividade do item I, porém de diferentes pontos de vista.

Ante o exposto, **INDEFERE-SE o recurso.**

QUESTÃO: 24

Resposta: INDEFERIDO

A grafia do nome do efeito anódico é reconhecida na bibliografia tanto por HEEL quanto por HELL, como exemplos a seguir.

Assim, não há prejuízo no entendimento do conceito apresentado na alínea E.

Ante o exposto, **INDEFERE-SE o recurso.**

***Na mamografia é utilizado o ânodo (emissão dos raios X) por efeito Hell.**

DAMAS, Karina Ferrassa. Tratado prático de Radiologia. 2.ed. p.513. SP: Yendis Editora, 2008.

Introdução

A radiação ionizante produzida por tubos de raios x em radiodiagnóstico se dá por um processo onde o filamento do cátodo é aquecido, liberando elétrons termoiônica-mente acelerados em direção ao ânodo, devido à grande diferença de potencial aplicada ao ânodo e ao cátodo. Os elétrons interagem com os átomos do alvo (ânodo) e parte da energia dos elétrons é convertida em raios X, que são produzidos como radiação característica ou de freamento¹.

O ânodo possui uma inclinação, variando de 5° a 20°, com a finalidade de direcionar o feixe de raios X; como consequência da angulação há uma distribuição não uniforme do espalhamento da radiação², como pode ser observado na Figura 1.

O efeito anódico, também conhecido como efeito *hell*, descreve um fenômeno que é justificado pela inclinação do ânodo. A não uniformidade do feixe de raios X é muito estudada e utilizada na radiologia, já que o corpo humano possui diferentes espessuras e o entendimento desse efeito pode e deve otimizar a relação dose *versus* diagnóstico^{2,3}.

Autor correspondente: Rodrigo Sanchez Giarola – Centro de Engenharia Nuclear - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (CEN-IPEN) – Avenida Lineu Prestes, 2.242, Cidade Universitária (USP) – CEP: 05508-000 – São Paulo (SP), Brasil – E-mail: chancez@hotmail.com

<http://www.rbfm.org.br/rbfm/article/download/265/252>

Desta forma, para que a geração dos raios X ocorra é necessário que o filamento esteja aquecido e que seja aplicada uma alta tensão entre o catodo e o anodo (BUSHONG, 1988). Com o aquecimento do filamento, os elétrons são liberados e, devido à diferença de potencial, são arrastados em direção ao alvo. Quando se chocam com o alvo, 99% da energia cinética total dos elétrons é convertida em calor e, apenas 1% é convertida em raios X. Se considerarmos, por exemplo, uma alta tensão de 100 kVp, pois a 60 kVp esse número muda para apenas 0,5 %.

Na Figura 3, a seguir, é apresentado um esquema da emissão da radiação pela ampola. Conforme pode ser observado, a porção central do feixe de raios X, conhecida como raio central, é projetada numa direção perpendicular à ampola, enquanto os demais fótons emitidos sofrem variação na direção e na intensidade em relação ao raio central. Essa variação lateral da intensidade do feixe de raios X, na qual a radiação é menos intensa na direção do anodo, é conhecida como efeito **Hell** (BUSHONG, 1998) e afeta bastante a

Radio 2014, Gramado, RS, Brazil.

<https://inis.iaea.org/collection/NCLCollectionStore/Public/46/026/46026999.pdf>

3.1 Efeito Anódico

O efeito anódico, também conhecido como efeito **hell**, descreve um fenômeno justificado pela inclinação do anodo. A nuvem de elétrons, emitidos pelo cátodo em

http://pelicano.ipen.br/PosG30/TextoCompleto/Rodrigo%20Sanchez%20Giarola_M.pdf

QUESTÃO: 26

Resposta: INDEFERIDO

Considerando que

- a questão não apresenta nenhum vício, tendo sendo formulada com base em material técnico/científico de fonte confiável.
- o recurso apresentado, em desacordo com item 12.6 do Edital do certame:
 - 12.6. *Não será reconhecido o recurso que apresente fundamentação deficiente ou não traga delimitadas as matérias objeto de impugnação;*

não apresentou nenhum argumento técnico/científico (com sua respectiva fonte para consulta), passível de chamar à revisão o material utilizado como base na criação da questão;

O próprio recurso reconhece que não há problema com a alternativa correta. Chamar a atenção para as alternativas incorretas é argumento ilógico, visto que nenhuma das outras alternativas atenderia (e nem deveria atender) ao enunciado.

INDEFERE-SE o recurso.

QUESTÃO: 27

Resposta: INDEFERIDO

Considerando que:

- a questão não apresenta nenhum vício, tendo sendo formulada com base em material técnico/científico de fonte confiável.
- o recurso apresentado, em desacordo com item 12.6 do Edital do certame:
 - *12.6. Não será reconhecido o recurso que apresente fundamentação deficiente ou não traga delimitadas as matérias objeto de impugnação;*
não apresentou nenhum argumento técnico/científico (com sua respectiva fonte para consulta), passível de chamar à revisão o material utilizado como base na criação da questão.
- Ainda assim, para esclarecimento, a PALPAÇÃO dos púbis (e não apalpação, como está no recurso) é tida como útil para localizar o limite distal da pelve, bexiga e útero, sendo considerada ponto de referência anatômico externo, de acordo com o VAL (2006, p.160), em MANUAL DE TÉCNICA RADIOGRÁFICA.

INDEFERE-SE o recurso.

QUESTÃO: 28

Resposta: INDEFERIDO

Considerando que:

- a questão não apresenta nenhum vício, tendo sendo formulada com base em material técnico/científico de fonte confiável.
- o recurso apresentado, em desacordo com item 12.6 do Edital do certame:
 - *12.6. Não será reconhecido o recurso que apresente fundamentação deficiente ou não traga delimitadas as matérias objeto de impugnação;*
não apresentou nenhum argumento técnico/científico (com sua respectiva fonte para consulta), passível de chamar à revisão o material utilizado como base na criação da questão.

INDEFERE-SE o recurso.

QUESTÃO: 31

Resposta: INDEFERIDO

Considerando que:

- a questão não apresenta nenhum vício, tendo sendo formulada com base em material técnico/científico de fonte confiável.

- o recurso apresentado, em desacordo com item 12.6 do Edital do certame:

- *12.6. Não será reconhecido o recurso que apresente fundamentação deficiente ou não traga delimitadas as matérias objeto de impugnação;*

não apresentou nenhum argumento técnico/científico passível de chamar à revisão o material utilizado como base na criação da questão. Além de trazer um argumento com lacunas de coesão e coerência, o recurso pede alteração para o gabarito que já é o oficial da questão.

INDEFERE-SE o recurso.

CARGO: TÉCNICO EM AGRICULTURA /
TÉCNICO AGÍCOLA

QUESTÃO: 21

Resposta: DEFERIDO

QUESTÃO ANULADA

CARGO: TÉCNICO EM CONTABILIDADE

QUESTÃO: 29

Resposta: INDEFERIDO

Consoante NBC TG 25 (R1) – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES ([http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG25\(R1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG25(R1).pdf)), item 31. tem-se que “A entidade não deve reconhecer um ativo contingente”, assim como, no item 27. tem-se que “A entidade não deve reconhecer um passivo contingente.”

Sendo assim, a assertiva não apresenta qualquer vício, haja vista que foi formulada com base na NBC TG 25 (R1).

INDEFERE-SE O RECURSO.

A TODOS OS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

QUESTÃO: 04

Resposta: DEFERIDO

Gabarito alterado para letra "A"

QUESTÃO: 09

Resposta: INDEFERIDO

1 – O(a) recusante(a) está equivocado(a) e demonstra desatenção para o que se enuncia na questão: "Marque a oração que não está construída com ponto de exclamação".

2 – Existem duas alternativas que não estão com ponto de interrogação, no entanto, a única que é oração é: “Eu dei?” – LETRA B.

3 – A frase da letra D é nominal, não tem verbo.

4 – EXPLICANDO “ORAÇÃO”:

ORAÇÃO É TODO ENUNCIADO QUE GIRA EM TORNO DO VERBO – O QUE SIGNIFICA QUE SÓ É ORAÇÃO SE EXISTIR VERBO.

Uma frase verbal pode ser também uma oração. Para isso é necessário:

- que o enunciado tenha sentido completo;
- que o enunciado tenha verbo (ou locução verbal).

Por Exemplo:

Camila terminou a leitura do livro.

Obs.: Na oração as palavras estão relacionadas entre si, como partes de um conjunto harmônico: elas são os *termos* ou as *unidades sintáticas da oração*. Assim, cada termo da oração desempenha uma *função sintática*.

Atenção:

Nem toda frase é oração.

Por Exemplo: Que dia lindo!

Esse enunciado é frase, pois tem sentido.

Esse enunciado não é oração, pois não possui verbo.

Assim, não possuem estrutura sintática, portanto não são orações, frases como:

Socorro! - Com Licença! - Que rapaz ignorante!

A frase pode conter uma ou mais orações. **Veja:**

Brinquei no parque. (uma oração)

Entre na casa e **sentei-me**. (duas orações)

Ceguei, vi, venci. (três orações)

(https://www.soportugues.com.br/secoes/sint/sint3_2.php)

Oração é um grupo de palavras estruturado cujo núcleo é o verbo.

Uma **Oração** é uma Frase, mas uma Frase não é uma oração.

Oração é a forma de organizar as palavras, expressando as ideias. O verbo é necessário na oração; pode estar elíptico, ou seja, não constar na oração. A ideia de verbo também pode ser indicada por uma locução adverbial.

Oração é um segmento lingüístico caracterizado basicamente:

- 1. pela presença obrigatória do verbo (ou locução verbal), e**
- 2. pela propriedade de se tornar, ela mesma, um objeto de análise sintática**

A maioria dos gramáticos da língua portuguesa costuma atribuir à oração uma qualidade discursiva bastante particular que é a de expressar um conteúdo informativo na forma de uma construção dotada de verbo. Independentemente de essa construção expressar um sentido acabado no discurso oral ou escrito, o verbo torna-se fundamental para caracterizar a oração; por isso, a determinação de que o verbo é o núcleo de uma oração.

Vejamos alguns exemplos:

Gabriel	toca	sanfona	maravilhosamente.
...[toca: verbo]			
...[enunciado em forma de oração com sentido acabado]			
portanto,		traz	felicidade.
...[traz: verbo]			
...[enunciado em forma de oração sem sentido acabado]			

Nesses dois exemplos observamos ora a expressão de um conteúdo comunicativo completo ora a ausência desse enunciado significativo. No entanto, em nenhum dos casos podemos notar a falta do verbo.

As orações são, além disso, construções que, por contarem com um esquema discursivo definido, podem ser analisadas sintaticamente. Isto é, existindo oração pressupõe-se também a existência de uma organização interna entre os seus elementos constituintes – os termos da oração – que se reúnem em torno do verbo.

A esse tipo de exercício chamamos análise sintática, da qual a gramática da língua costuma abstrair as diversas classificações das orações.

Frase, Oração e Período

Você pensava que frase, oração e período fossem a mesma coisa?

Não é bem assim. Há semelhanças e diferenças entre os três. A frase pode ser uma oração, um período ou mera expressão nominal.

Quando falamos ou escrevemos, enunciamos alguma coisa. Se esse enunciado tem sentido, isto é, quando conseguimos com ele comunicar uma mensagem, ainda que seja um enunciado mínimo, teremos um exemplo de frase.

Ex. “Fogo!”

Que é frase então?

É qualquer enunciado com sentido. É todo enunciado suficiente por si mesmo para estabelecer uma comunicação. Mas podemos ter uma frase e não ter uma oração. Podemos ter uma oração e não ter um período.

Se a frase se organiza com base num verbo que indique ação, fato ou fenômeno, temos uma oração. Se a oração termina com uma pontuação definitiva, como ponto, ponto-de-exclamação, ponto-de-interrogação, reticência, temos um período. Um período é uma frase com uma ou mais orações.

Ex.

- | |
|---|
| <p>a) "Terroristas ameaçam os Estados Unidos." (frase, oração e período).
b) "Aviões americanos sobrevoam o Afeganistão e jogam alimentos para os afegãos."</p> |
|---|

(<https://www.portalsaofrancisco.com.br/portugues/oracao>)

5 – Gabarito oficial mantido.

QUESTÃO: 17

Resposta: INDEFERIDO

Sob o aspecto formal, o recurso atendeu às exigências do Edital. Melhor sorte, no entanto, não acompanha a questão meritória.

Não foi objeto da questão 17 saber como o quibungo poderia ser chamado conforme a variação da lenda. Se questionou, na verdade, como era chamado o bicho-papão segundo a herança africana.

Assim exposto, decide a Banca Julgadora, à unanimidade, indeferir o presente recurso.

**CARGOS: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS / AJUDANTE
DE SERVIÇOS PESADOS / CARPINTEIRO / ELETRICISTA /
ENCANADOR HIDRÁULICO / GARI / PINTOR**

QUESTÃO: 32

Resposta: INDEFERIDO

Considerando que

- a questão não apresenta nenhum vício.
- o recurso apresentado, em desacordo com item 12.6 do Edital do certame:
 - *12.6. Não será reconhecido o recurso que apresente fundamentação deficiente ou não traga delimitadas as matérias objeto de impugnação;*

não apresentou nenhum argumento técnico/científico (com sua respectiva fonte para consulta), passível de chamar à revisão o material utilizado como base na criação da questão; além disso, apenas validou uma das alíneas que, de fato, não atende ao enunciado, vez que ele pede a EXCEÇÃO, sendo essa a divulgada no gabarito – letra C. Demais letras são todos exemplos de conjunto vazio.

Ante o exposto, INDEFERE-SE o recurso.

CARGO: MOTORISTA

QUESTÃO: 21**Resposta: INDEFERIDO**

Considerando que:

- Consoante Edital do Concurso Público, quanto às disposições referentes aos recursos, tem-se que no item 12.6 assevera que: *“Não será reconhecido o recurso que apresente fundamentação deficiente ou não traga delimitadas as matérias objeto de impugnação, assim como, no item 12.8 dispõe que: “O recurso deverá ser: apresentado em folhas separadas para questões/itens diferentes; possuir argumentação lógica e consistente; interposto e protocolado, impreterivelmente, no período determinado”.*
- Neste sentido, a questão recorrida não apresenta qualquer vício, tendo sido formulada com base em material técnico/científico de organização de renome nacional. Além disso, o recurso está em desacordo com os itens supracitados 12.6 e 12.8 do Edital do Concurso Público, haja vista que o candidato não trouxe no bojo do recurso qualquer argumento com base científica ou técnica para possível revisão da assertiva 21.

QUESTÃO: 26**Resposta: INDEFERIDO**

Considerando que:

- Consoante Edital do Concurso Público, quanto ao conteúdo programático do cargo de Motorista observa-se que consta no item 6. *“Noções de primeiros socorros”.*
- O recusante no bojo do seu recurso dispôs que *“esta questão de identificar os tipos de fratura não é para motorista e sim para profissional de saúde”.*

- Sucede-se que a questão nº26 está em consonância com o conteúdo programático, ora, *“Noções de primeiros socorros”*. Sendo assim, a questão recorrida não apresenta qualquer vício, tendo sido formulada com base em material técnico/científico de organização de renome nacional.

INDEFERE-SE O RECURSO.

QUESTÃO: 28

Resposta: INDEFERIDO

Considerando que:

- Consoante Edital do Concurso Público, quanto às disposições referentes aos recursos, tem-se que no item 12.8 dispõe que: *“O recurso deverá ser: apresentado em folhas separadas para questões/itens diferentes; possuir argumentação lógica e consistente; interposto e protocolado, impreterivelmente, no período determinado”*.
- Neste sentido, a questão recorrida não apresenta qualquer vício, tendo sido formulada com base em material técnico/científico de organização de renome nacional. Além disso, o recurso está em desacordo com o item supracitado 12.8 do Edital do Concurso Público, haja vista que o candidato não trouxe no bojo do recurso qualquer argumento com base científica ou técnica para possível revisão.

INDEFERE-SE O RECURSO.

A TODOS OS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

QUESTÃO: 02

Resposta: INDEFERIDO

1 – O recusante está equivocado quanto à ideia que tem sobre o uso do verbo “sugere”. Em texto poético (arte literária), é desta forma que se cobra o alcance de interpretação de um texto. Desta forma, todas as informações que o recusante enviou para desmerecer o uso do verbo “sugere” serviram somente para explicar e justificar o que está escrito no item 1.

2 – A Banca Elaboradora-Examinadora informa que em texto conotativo não se deve afirmar nada, justamente por ele permitir a polissemia (muitos sentidos).

3 – Gabarito oficial mantido.

QUESTÃO: 13

Resposta: INDEFERIDO

1 – O recusante está equivocado, porque a questão só pode ter uma letra (alternativa correta), por que:

1. 1 – “tentar esconder” é locução verbal. Tempo composto só pode ser formado com o verbo “TER” ou “HAVER” para auxiliar o verbo principal. O verbo principal tem que ser usado na forma nominal do particípio.

1. 2 – Além do erro do item 3 já explicado, temos também outro erro, pois “MAS” é conjunção e “NÃO” É ADVÉRBIO DE MODO.

2 – Gabarito oficial mantido.

QUESTÃO: 15

Resposta: INDEFERIDO

Sob o aspecto formal, o recurso atendeu às exigências do Edital. Melhor sorte, no entanto, não acompanha a questão meritória.

Conforme art. 6º da Lei Orgânica do Município de Conceição do Jacuípe, bandeira, hino e brasão são símbolos do Município. Cite-se, *in expressis*:

**“TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL
CAPÍTULO I**

DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA
(...)

Art. 6º - São símbolos do Município sua Bandeira, seu Hino e seu Brasão.”¹

Assim exposto, decide a Banca Julgadora, à unanimidade, indeferir o presente recurso.

QUESTÃO: 18

Resposta: INDEFERIDO

Indefere-se liminarmente o presente recurso, com fulcro no item 12.6. do Edital do Concurso Público, na medida em que o candidato questiona grafia de um nome próprio inserto em uma alternativa que nem sequer é a resposta da questão.

QUESTÃO: 19

Resposta: INDEFERIDO

Considerando que

- a questão não apresenta nenhum vício.

Fatorando o número **42** = **2 . 3 . 7**

Fatorando o número **75** = **3 . 5²**

Fatorando o número **105** = **3 . 5 . 7**

Considerando-se os **FATORES COMUNS COM OS MENORES** expoentes:

MDC(42, 75, 105) = 3

Ante o exposto, INDEFERE-SE o recurso.

QUESTÃO: 26

Resposta: DEFERIDO

ANULADA
